



OS SUJEITOS E SEUS MODOS DE SER: OS INDÍGENAS MBYÁ GUARANI DA ALDEIA YAKÃ JU DE SANTO ÂNGELO/RS

Roberta Herter da Silva¹
Norberto Kuhn Júnior²

RESUMO

O estudo proposto tem como objetivo apresentar um capítulo da tese de doutoramento da autora e de seu orientador. A tese tem como problema de pesquisa os seguintes questionamentos: Como os *Mbyá-Guarani* da Aldeia *Yakã Ju*, nas suas experiências cotidianas de vida ressignificam a sua diferença cultural diante da cultura de consumo onde estão inseridos? Como estas ressignificações tensionam sua cosmologia e implicam sobre a constituição dos seus modos de ser? Na busca pela resposta desses problemas de pesquisa a tese tem como objetivo geral analisar o modo *Mbyá-Guarani*, da Aldeia *Yakã Ju*, de ressignificação de sua diferença cultural diante da sociedade de consumo. E esse trabalho especificamente objetiva apresentar as trajetórias sociais dos indígenas *Mbyá-Guarani* de uma aldeia do rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Indígenas; Mbya-Guarani; Modos de ser.

1 INTRODUÇÃO

No presente trabalho serão analisadas as trajetórias sociais dos indígenas *Mbyá-Guarani*, o que permite acompanhar as dinâmicas de construção dessa identidade ao longo dos últimos anos. Galeano (2008), em seu livro literário, elenca nove formas de personificação coletiva do diabo, assim, o diabo é muçulmano, judeu, negro, mulher, pobre, estrangeiro, homossexual, cigano e índio, ou seja, nessa amostragem só figuram os “demônios” que há séculos ou milênios continuam “ativos” e “perduram” ao longo do tempo. Segundo a história de Galeano,

O Diabo é índio

Os conquistadores confirmaram que satã, expulso da Europa, tinha encontrado refúgio nas ilhas e nas areias do mar do caribe, beijadas pela sua boca flamejante.

Ali moravam seres bestiais que chamavam de brincadeira o pecado carnal e o praticavam sem horário nem contrato, ignoravam os dez mandamentos e os sete sacramentos, sete pecados capitais, andavam pelados e tinham o costume de comer-se entre si.

¹ Doutoranda pelo PPG em Diversidade Cultural e Inclusão Social – Universidade Feevale. Bolsista integral CAPES. Mestra em Direitos Humanos – UNIJUÍ. Advogada. Contato: roberta.h.s_@hotmail.com

² Orientador da pesquisa. Professor PPG em Diversidade Cultural e Inclusão Social – Universidade Feevale. Contato: nkjunior@feevale.br



A conquista da América foi uma longa e dura tarefa de exorcismo. Tão enraizado o maligno nessas terras, que quando parecia que os índios se ajoelhavam devotadamente diante da Virgem, estavam celebrando o encontro da chuva com a terra.

Os conquistadores cumpriram a missão de devolver a Deus o ouro, a prata e as muitas outras riquezas que o Diabo havia usurpado. Não foi fácil recuperar o butim. Ainda bem que de vez em quando, recebiam uma ajudinha lá de cima. Quando o dono do Inferno preparou uma emboscada num desfiladeiro, para impedir a passagem dos espanhóis para o Morro Rico e Potosí, um arcanjo desceu das alturas e deu-lhe uma tremenda sova (2008, p. 117).

Nesse sentido, nessa obra literária, é possível pensar no diabo disfarçado de figura humana, ou seja, ele representa a personificação do mal, com seu poder sobre-humano, imprevisível e não raramente pernicioso e ameaçador, que influencia e perturba a vida humana. Assim, o diabo, como espírito impuro, tem uma conduta que não se encaixa nos parâmetros socialmente estabelecidos e possui força capaz de condutas estranhas e diferentes.

Com a chegada dos portugueses, há mais de 500 anos no litoral brasileiro, a vida dos indígenas sofreu uma mudança sociocultural inimaginável. A indiferença dos recém-chegados com a cultura e com os costumes dos índios, a imposição dos colonizadores que obrigaram estes a aprender e falar a língua portuguesa, a aceitar o Deus do cristianismo e a abandonar os hábitos que possuíam há séculos, originaram uma série de conflitos.

A dominação durou em média 500 anos e nela os povos indígenas foram perdendo seu espaço no território brasileiro, vivendo em condição de subcidadania, marginalizados e excluídos socialmente. Entretanto, de forma imprevisível e sobrenatural, essa diferença cultural perdurou no tempo. Segundo Lucas e Copetti Santos (2015, p. 21), é possível pensar no diabo como uma farsa criada para funcionar como ferramenta de opressão, repressão e imposição de valores por indivíduos e grupos que se encontram em posição privilegiada dentro dos sistemas de dominação.

Assim, houveram indígenas que sobreviveram para vivenciar os valores de suas culturas, as experiências e os conhecimentos que adquiriram ao longo dos séculos, mesmo diante de todo o processo de dominação imposta pelos detentores do poder. Os indígenas continuam resistindo, “eis que o diabo só pode ser indígena”.



2 TRAJETÓRIA DOS INDÍGENAS MBYÁ-GUARANI³

Na busca por analisar o modo de vivenciar a diferença cultural estando em contato com a sociedade de consumo, para, desse modo, analisar a ressignificação dessa diferença, é necessário situar os interlocutores da pesquisa, os indígenas *Mbyá-Guarani*, da aldeia *Yakã Ju*, localizada na Ressaca da Buriti, na Buriti, distrito do município de Santo Ângelo, situado na região das Missões, no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

O município possui 14 distritos e a sede. O distrito de Buriti possui 191 habitantes, de acordo com o censo do IBGE de 2010, com predomínio de famílias de origem alemã. Esse distrito caracteriza-se por ter sido a região de Santo Ângelo que mais abrigou descendentes de imigrantes alemães durante a época de sua fundação. Foi fundado em 1910, pelo engenheiro agrimensor, Frode Johanssen e seus irmãos Byarke e Axel, que eram dinamarqueses (WEISSMANTEL, 2010). A agricultura e a pecuária de subsistência, praticadas em áreas menores de terra, são características das pequenas propriedades situadas neste distrito. Possui apenas uma escola denominada Escola Estadual de Ensino Médio da Buriti.

O município de Santo Ângelo limita-se ao norte com Giruá, ao sul com Entre-Ijuis e Vitória das Missões, ao leste com Catuípe e ao oeste com Guarani das Missões, é pertencente a região noroeste do Rio Grande do Sul. A aldeia ocupa uma área de 15 hectares de terra que é circundada pelo Rio Ijuí a leste e a oeste, e localiza-se a aproximadamente 30 km da sede do município. O acesso à aldeia é de asfalto da sede do município até a área urbana do distrito. Desta última até a aldeia a estrada é de chão batido. No mapa 1 é possível observar a área da aldeia e no mapa 2 é possível visualizar a organização interna da aldeia.

³ A pesquisa está em tramitação pelo Comitê de Ética e Pesquisa – CEP da Universidade Feevale.



Mapa 1: Área da aldeia

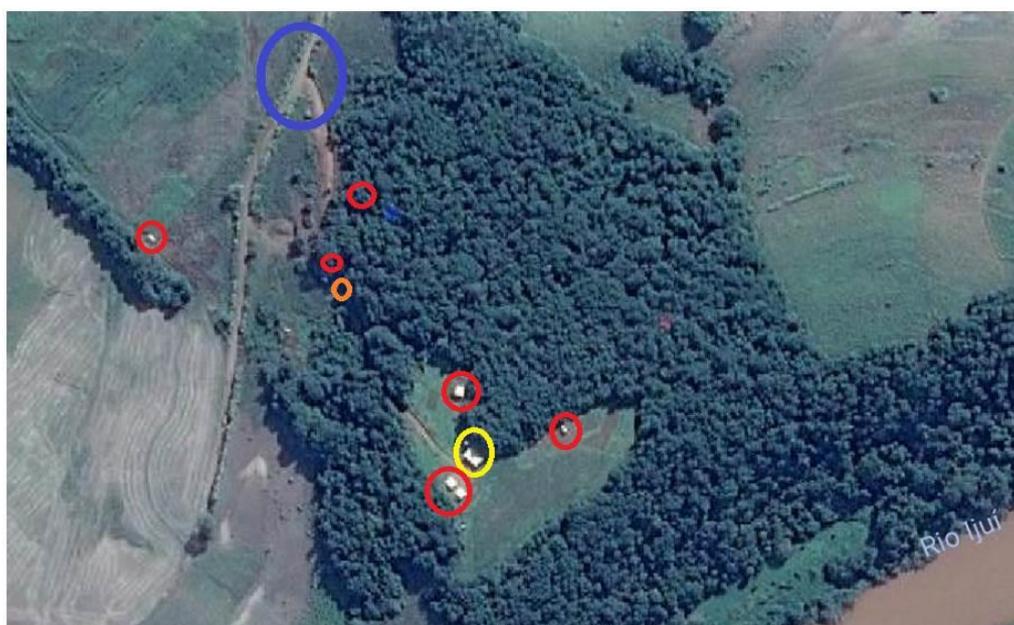


Legenda:

-  Demarcação da área da Aldeia Yakã Jú
-  Santo Ângelo – Distrito de Buriti
-  Vitoria das Missões
-  Localização das casas indígenas

Fonte: Google Maps, 2018

Mapa 2: Organização da aldeia



Legenda:

-  Moradias indígenas
-  Galpão aberto
-  Opy – casa de reza
-  Acesso à aldeia

Fonte: Google Maps, 2018

Os indígenas *Mbyá* que compõe o componente humano da aldeia é integrado pela família e seus familiares. Essa família, inicialmente composta pelos irmãos Floriano, Norma, Edina (falecida), é natural da cidade de Tenente Portela/RS, e em 1979 foram com seus pais, Angélica e Igínio, residir no Paraguai na Comunidade *Manduviju*. Após oito anos nesse local



mudaram-se para a Argentina. Retornaram para o Brasil no final da década de 90, em Santa Rosa/RS ficaram acampados por cerca de seis meses no trevo da ERS 344 (rodovia estadual), conhecido como Trevo do Porco e, posteriormente, juntaram-se com outros indígenas em São Miguel das Missões, onde colaboraram ativamente para a construção da *Tekoá Koenju*⁴, um importante processo histórico de conquista de terras pelos *Mbyá* na região das Missões.

Na *Tekoá Koenju* vivenciaram situações de conflitos internos. Floriano Romeu destaca ter se deixado levar muito pelo mundo dos *juruás*⁵ (DIÁRIO DE CAMPO, 2015). Moraes (2010) em seu trabalho de pesquisa nessa aldeia relatou conflitos internos entre a família de Osvaldo Paredes e a de Floriano Romeu.

Segundo Moraes (2010), depois de exercer liderança política por determinado período, Osvaldo passou o cargo para Floriano e nesse período houveram alguns conflitos envolvendo questões políticas e financeiras. Inclusive quanto a localização das moradias na *Tekoá Koenju*, Moraes (2010) relata que a família Romeu vivia na entrada principal da aldeia, enquanto que a família Paredes vivia nos fundos, o que sugeria um clima de disputa entre as famílias.

Questionado acerca desse episódio Floriano relata que na *Tekoá Koenju* tinha tudo que o *juruá* tem, como carro, televisão, parabólica, telefone e isso não lhe trouxe boas coisas, pois só não tinha mais o sistema tradicional, o *nhandereko* (DIÁRIO DE CAMPO, 2015). Devido aos conflitos internos, Floriano Romeu foi deposto do cargo de cacique e a família Romeu rumou para outras aldeias na Argentina, na Província de Misiones.

Em abril de 2013 voltaram para o Brasil e viveram acampados por mais ou menos quatro meses em Nova Santa Rita, no Rio Grande do Sul. Em conversa com Paulo Joel Bender Leal, advogado em Santo Ângelo, Floriano providenciava o retorno para as Missões. Em 29 de julho de 2013 chegaram em Santo Ângelo e viveram “acampados” até janeiro de 2016, numa área de 2,5 hectares na Barra do São João, distrito de Atafona. Esse local que foi cedido pela prefeitura municipal era onde funcionava a antiga sede da Associação Santoangelense de Proteção aos Animais – ASPA e está localizado a aproximadamente 4 km do centro da cidade. Nesse local, enfrentaram dificuldades com saúde, moradia e alimentação.

⁴ Essa aldeia indígena é reconhecida pela FUNAI como Reserva Indígena Inhacapetum, possui em média uma população de 145 habitantes, em uma área de 236.33 hectares. Floriano Romeu foi durante muitos anos o cacique dessa aldeia, em homenagem a seu pai a escola foi nominada Escola Estadual Indígena Igíneo Romeu Koenju.

⁵ Na língua guarani significa os “brancos”, os não indígenas.



Nas figuras 3, 4 e 5 é possível visualizar como era o acampamento em que esses indígenas viveram de julho de 2013 a janeiro de 2016.

Figura 3: Vista lateral do acampamento



Fonte: imagem de arquivo pessoal da pesquisadora (HERTER DA SILVA, 2015).

Figura 4: Vista dos fundos do acampamento.





Fonte: imagem de arquivo pessoal da pesquisadora (HERTER DA SILVA, 2015).

Figura 5: Indígenas na *Opy* do acampamento.



Fonte: Cristiano Devicari - Jornal das Missões (2013).

Esse foi um percurso de quase três anos de luta desse povo na conquista da terra. Esse percurso teve início juridicamente em março de 2014 quando foi instaurado inquérito civil de tutela coletiva⁶ pelo Ministério Público Federal, para acompanhar as medidas a serem tomadas pelos órgãos e instituições competentes no sentido de reconhecer área da comunidade guarani estabelecida no município de Santo Ângelo como terra indígena, ou seja, uma diligência para levantamento de informações de caráter geral a respeito da comunidade guarani estabelecida no município.

Esse inquérito civil foi originário de audiência no dia 19 de fevereiro de 2014, no qual participaram o procurador Osmar Veronese, o indígena Floriano Romeu, líder da aldeia e o

⁶ Em 10 de março de 2014 foi instaurado inquérito civil de tutela coletiva sob o nº 1.29.010.000035/2014-60 pela Procuradoria da República do Município de Santo Ângelo.



advogado Paulo Joel Bender Leal. Nessa reunião, o membro ministerial verificou que o local cedido pela prefeitura aos indígenas era insuficiente para que ali se estabelecessem em definitivo, em razão da limitação do espaço para implantação de ações de subsistência e manutenção da cultura indígena.

O órgão ministerial expediu inúmeros ofícios à Diretoria territorial da FUNAI para que informasse as medidas a serem adotadas por essa autarquia sobre o caso. Dentre as respostas da autarquia foi enfatizada a crescente demanda de trabalho, a escassez de verba pública e pessoal, o fato de que tal comunidade não constava no banco de dados do Órgão, não havendo reivindicação fundiária Guarani ou de outro grupo indígena no município de Santo Ângelo, e que o prosseguimento da ação de reconhecimento da comunidade guarani dependia de análise quanto a disponibilidade orçamentaria por conta das restrições orçamentárias decretadas pelo Governo Federal, sendo assim, estaria impossibilitada de executar ações com vistas ao reconhecimento.

O Ministério Público também enviou ofício à Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região, Subseção de Santo Ângelo, para a destinação de recursos provindos desse órgão para aquisição de uma área de terra aos indígenas. Segundo o procurador do Trabalho Dr. Itaboray Bocchi da Silva, “trata-se de ação de acentuada relevância social, sobretudo se considerar o papel do índio na formação do povo missioneiro. Trata-se de oportunidade ímpar de reconhecer a contribuição histórica dos guaranis para a região e assegurar que, no futuro, tenham condições de trabalhar e manterem vivas a cultura e a tradição dessa raça que tanto marcou a formação do brasileiro” (MPT, 2015).

Já para o procurador da República Dr. Osmar Veronese, “essa atuação visa resgatar uma parcela da dívida histórica que a região possui com os Guaranis, propiciando-lhes um local digno para que possam preservar sua cultura e desenvolver atividades autossustentáveis” (MPT, 2015). Para tanto, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Santo Ângelo também foi provocada pelo MPF para que encaminhasse um projeto contemplando a possível aquisição de uma área de terra que possibilitasse a geração de trabalho e de renda aos indígenas. Com base nesse projeto, os próprios indígenas escolheram uma área que julgaram adequada à manutenção de sua cultura.



A área escolhida foi adquirida com verbas destinados pelo MPT e pelo MPF, em nome da Associação Indígena Guarani *Tekoá Pyaú*⁷, tendo como finalidade apoiar seus associados e promover a defesa de seus direitos por meio de ações assistenciais de desenvolvimento educacionais e políticas nas áreas da saúde, educação, agricultura e meio ambiente. Segundo Luciano Baniwa, a

organização ou Associação Indígena é uma modalidade formal e institucionalizada de organização que os povos indígenas têm adotado nos últimos 30 anos – uma forma de organizar, mobilizar e articular a luta dos povos indígenas do Brasil. Atualmente, existem no Brasil mais de 700 organizações indígenas formais de diferentes níveis (comunitárias, locais e regionais) e naturezas (de povos, de categorias profissionais, geográficas, de gênero, sindicais e etc.). Essas associações foram criadas para atender a determinadas demandas e necessidades das comunidades. As primeiras Associações Indígenas foram quase todas elas fundadas com o objetivo específico de articular a luta das comunidades e dos povos indígenas pela defesa dos seus direitos, principalmente o direito à terra, à educação, à saúde e às alternativas econômicas (2006, p. 67).

A criação da Associação Indígena *Tekoá Pyaú* foi o modo legal encontrado pelos representantes dos órgãos públicos para encaminhar a destinação das verbas financeiras. Tais valores são originários de multas e indenizações aplicadas por esses órgãos de proteção da ordem jurídica, inclusive de causas envolvendo questões indígenas. O projeto de geração de trabalho e renda contou com o reconhecimento da FUNAI.

Com a atuação conjunta do MPT e do MPF foi possível a arrecadação de recursos financeiros, os quais, com a chancela do Poder Judiciário, foram destinados para a aquisição de 15 hectares de terra localizada na Buriti, município de Santo Ângelo, para a instalação da aldeia indígena *Mbyá-Guarani*.

Em 05 de outubro de 2016 houve a assinatura da escritura da área de terra. Na escritura consignou-se que a fração de terras deverá ser usada exclusivamente pelos indígenas, para viver e cultivar produtos para a subsistência da comunidade, vedada a venda ou arrendamento para terceiros, incidindo sobre a área, no que cabível, as previsões do artigo 231 da Constituição Federal e da legislação indigenista, ou seja, o dever de respeito aos usos, aos costumes e as tradições dos povos indígenas.

Isso significa que o Estado deve proporcionar para esse grupo étnico os mesmos direitos devidos aos demais membros da sociedade sem, entretanto, exigir que deixem de vivenciar

⁷ Essa associação foi registrada oficialmente no dia seis de julho do ano de 2015.



aspectos que identifiquem a sua identidade cultural. Dessa forma, os indígenas têm direito a exercer os direitos fundamentais outorgados a todos os cidadãos brasileiros, sem a necessidade de que pautem a sua conduta pelos padrões estabelecidos pelos não-indígenas.

No ato de assinatura da escritura de compra e venda compareceram ao cartório os representantes do MP e MPT, a representante da Secretaria Municipal de Assistência Social do município, os representantes da Associação indígena *Tekoá Pyau* e o antigo proprietário da área de terra.

Figura 6: Ato de assinatura da escritura de compra e venda de terra.



Fonte: MPT (2015).

Por essa razão, as quinze hectares de terra localizadas no distrito de Buriti, interior de Santo Ângelo passaram a pertencer à Associação Indígena Guarani *Tekoá Pyaú*. Após os indígenas estarem de posse da escritura pública da terra, o MPF concedeu um prazo de trinta dias à Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Cidadania do município para que essa montasse uma infraestrutura básica na aldeia para dar condições às famílias para realização da mudança.

Desse modo, foram construídas pequenas moradias de madeira medindo em torno de 12 metros quadrados, as quais possuem uma divisória interna, uma janela em cada cômodo, a porta de entrada e o assoalho de madeira. As moradias são cobertas com telhas de amianto. Foram construídas igualmente três latrinas de madeira e um galpão maior, sem paredes laterais, coberto de telha amianto, que é um espaço de uso comum, tanto para receber os visitantes, como para



as reuniões dos indígenas, como mostra a figura 7. As figuras 8 e 9 mostram as imagens de três moradias de madeira construídas pelo município.

Figura 7: Galpão de uso comum na aldeia



Fonte: imagem de arquivo pessoal da pesquisadora (HERTER DA SILVA, 2016).



Figura 8: Moradias construídas pelo município



Fonte: imagem de arquivo pessoal da pesquisadora (HERTER DA SILVA, 2016).

Figura 9: Moradia construída pelo município



Fonte: imagem de arquivo pessoal da pesquisadora (HERTER DA SILVA, 2016).



A instalação da rede de energia elétrica foi realizada pela Rio Grande Energia S. A. - RGE, por meio da inclusão dos indígenas no Programa Luz para Todos⁸. Desse modo, desde 13 de janeiro de 2016 vivem na aldeia as sete famílias *Mbyá-Guarani*, em torno de trinta e sete pessoas entre adultos, jovens e crianças. A aldeia indígena *Yakã Jú* não é reconhecida pela FUNAI como um território indígena, estando dentro dos 42,3% dos indígenas, cerca de 379 mil, que estão vivendo fora de terras indígenas reconhecidas segundo dados do IBGE do ano de 2010.

A mudança para esse novo território, ao que parece, revela a tentativa desse povo de manter o seu *nhandereko*. Melià se refere ao “ñande reko, nuestro modo de ser, como la expresión mas cabal de su identidad y su diferencial” (1991, p. 13). Esse termo, segundo Darella (2004), pode ser compreendido como um conceito guarani que integra um conjunto de princípios, valores, conhecimentos, crenças e práticas repassadas de geração em geração. Para Machado,

muito se tem falado a respeito do modo de vida guarani, o *nhandereko*, mas para que o mesmo seja exercitado é preciso um lugar que ofereça condições para que seja possível viver de acordo com as regras prescritas, esse lugar é o *tekoá*, literalmente é o lugar onde a vida cai. Congrega em si um conceito cultural sincrético, que extrapola a simples posse de uma área de terra, significando o lugar, o meio, as condições ideais para o modo de ser guarani. Viver, estar no *tekoá* é o lugar no qual se vive o *teko* (filosofia de vida). É o ponto onde se imbricam as dimensões do social, político, econômico e cosmológico. No passado o *tekoá* não tinha limites fixos, poderia ser extenso ou não. [...] E desta forma se a reterritorialização ou guaranização de um novo espaço que se está ocupando, ainda que não corresponda ao ideal, desejado, como de outrora. Os significados de *Guára*, *tekoá*, *tava* e *té'yi* passaram por ressignificações, reinterpretações, sofreram e sofrem transformações nas suas dimensões espaciais, arranjos internos, formatação. Há um *nhandereko* (modo de vida), contextualizado, pensado na pós-modernidade, em razão dos tempos serem outros assim como as condições atuais de vida (2015, p.147-148).

Na contemporaneidade os *Mbyá-Guarani* da aldeia *Yakã Jú* passam por processos de ressignificações, de reinterpretações e sofrem transformações nas suas dimensões espaciais, nos seus arranjos internos, na sua formatação para efetivar o seu modo de ser *Mbyá-Guarani*, o seu *nhandereko*.

⁸ Projeto do governo federal coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, operacionalizado pela Eletrobrás e executado pelas concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural em parceria com os governos estaduais.



3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indígenas Mbyá-Guarani da Aldeia Yakã Jú passam por processos e dinâmicas constante de ressignificação cultural. Lutaram pelo território e espaço físico para alocar a sua aldeia definitivamente e lutam constantemente por reconhecimento identitário e cultural. Esse grupo indígena configura-se como grupo em contato permanente⁹ com a sociedade não-indígena, razão pela qual apresentam um perfil singular, caracterizado pelo cultivo às tradições e, ao mesmo tempo, por apreender elementos da cultura de consumo.

Diante disso, esse trabalho não pretende dar respostas definitivas, nem trazer conclusões exatas, mas se ele cumprir o intento de simplesmente suscitar perguntas, principalmente nos operadores do direito brasileiro que se limitam a pensar no indígena contemporâneo como um ser primitivo, fora da história, negando sua existência cultural diante da cultura hegemônica, a pesquisadora já se deu por satisfeita e é possível afirmar com convicção que esse estudo já valeu a pena.

REFERÊNCIAS

- BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- MACHADO, Almiros Martins. **Exá raú mboguatá guassú mohekauka yvy marã“y: de sonhos ao Oguatá Guassú em busca da (s) terra (s) isenta (a) de mal**. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.
- MELIÀ, Bartolomeu. **El Guarani: Experiência Religiosa**. Asunción: CEADUC-CEPAG. 1991.
- MORAES, Carlos Eduardo Neves de. **A refiguração da Tava Miri São Miguel na memória coletiva dos Mbyá nas Missões/RS, Brasil**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- MPT – Ministério Público do Trabalho**. Parceria entre MPT e MPF viabiliza compra de terra para a Aldeia Indígena Guarani Tekoa Pyau, em Santo Ângelo. 6 de outubro de 2015. Disponível em: <http://prt4.mpt.mp.br/procuradorias/ptm-santo-angelo/4184-parceria-entre-ministerio-publico-do-trabalho-e-ministerio-publico-federal-viabiliza-compra-de-terra-para-a-aldeia-indigena-guarani-tekoa-pyau-em-santo-angelo>. Acesso em: 20 de novembro de 2016.

⁹ Para Ribeiro (apud RIBEIRO 2001, p. 27-28), na situação de contato permanente “encontram-se as tribos que, embora conservem certos elementos da tradição ancestral, como a língua, a cultura material e outros, dependem do fornecimento de bens da civilização, aos quais se habituaram e de que não mais podem prescindir”